

COVID-19 e o trabalho de docente: a potencialização de aspectos precários**COVID-19 and the professor job: the potentiation of the precariousness**

DOI:10.34117/bjdv6n10-342

Recebimento dos originais: 10/09/2020

Aceitação para publicação: 16/10/2020

Natália Leal Vio

Graduação em Psicologia pela Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba - FAC FEA, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01- Vargem Limpa- Bauru, SP

E-mail: natalialealvio@gmail.com

Isabella de Oliveira Pascoal

Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário do Sagrado Coração - UNISAGRADO, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01- Vargem Limpa- Bauru, SP

E-mail: isabella.pascoal@unesp.br

Mário Lázaro Camargo

Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo- USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP-USP

Instituição: Universidade Estadual Paulista- UNESP, Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Grupo de Pesquisa CNPq-Unesp "Psicologia Organizacional e do Trabalho, LaborPOT - Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho da Unesp-FC.

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01- Vargem Limpa- Bauru, SP

E-mail: mario.camargo@unesp.br

Marianne Ramos Feijó.

Pós-doutorado em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Instituição: Universidade Estadual Paulista- UNESP, Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Grupo de Pesquisa CNPq-Unesp "Psicologia Organizacional e do Trabalho, LaborPOT - Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho da Unesp-FC.

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01- Vargem Limpa- Bauru, SP

E-mail: marianne.r.feijo@unesp.br

RESUMO

O artigo trata do trabalho docente no Brasil antes e após pandemia por COVID-19, pautado em revisão bibliográfica que permitiu estudar aspectos negativos associados a exigências, condições de trabalho, mercantilização da Educação, relações interpessoais e desvalorização da profissão. O isolamento social na pandemia de COVID-19 agrava a precariedade das condições de trabalho

docente e os fatores de vulnerabilidade ao adoecimento e sofrimento de tal grupo de pessoas, das quais depende também a qualidade da Educação.

Palavras-chave: Trabalho; Professor; Saúde Mental, Home Office, COVID-19.

ABSTRACT

The article deals with professor job in Brazil before and after the pandemic by COVID-19, based on a bibliographic review that allowed the study of negative aspects associated with demands, working conditions, commercialization of Education, interpersonal relationships and devaluation of the profession. The social isolation in the COVID-19 pandemic aggravates the precariousness of the teaching work conditions and the factors of vulnerability to the illness and suffering of such a group of people, on which the quality of Education also depends.

Keywords: Work; Teacher; Mental Health, Home Office, COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

O novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem alta transmissibilidade e ameaça com possíveis danos a fisiologia humana, podendo levar à morte o infectado (Costa et al., 2020). Por enquanto a melhor forma de proteção é o isolamento social (Ferreira & Barbosa, 2020). A medida de isolamento social foi proposta aos moradores do estado de São Paulo em março de 2020, por decreto estadual, assim como ocorreu em todo o território nacional e em grande parte dos países, quando a OMS caracteriza a situação de contágio por COVID-19 (*Coronavirus Disease - 2019*, Doença do Coronavírus - 2019, em tradução livre) como sendo pandêmico (Organização Mundial de Saúde, 2020). Enfatiza-se que há diferença entre o “querer” ficar em casa e “precisar” ficar em casa em relação ao risco para a saúde e vida, ou seja, pelo tempo que durar a pandemia e dada a, ainda, ausência de uma vacina eficaz contra o vírus, adota-se o isolamento social como única forma de conter a disseminação da doença. Para alguns cidadãos a prática do isolamento social pode ser considerada um privilégio, mas também, e por outro lado, uma experiência exaustiva para uns e ameaça de perdas de renda e emprego para outros.

A exaustão ocorre por medo, insegurança, dúvidas quanto ao futuro, mas também pelo acúmulo de trabalho remoto, trabalho doméstico e o exercício da maternidade (Oliveira, 2020).

Para os docentes, as aulas presenciais foram repentinamente interrompidas, a emergência impossibilitou planejamento e organização (Ferreira & Barbosa, 2020).

Muitos professores, assim como outras categorias profissionais se viram diante não da possibilidade, mas da exigência de vivenciar um teletrabalho compulsório (Queiroga, 2020), posto que frente à normativa dos órgãos reguladores da Educação em todo o país, a decisão foi por continuar as atividades escolares não-presencialmente, ao utilizar recursos como: tarefas e auto estudo, uso de tecnologias digitais interativas, plataformas digitais *streaming* (Ferreira & Barbosa, 2020). Entretanto,

os docentes, por conta própria, precisaram repensar os conteúdos pertinentes a serem oferecidos neste contexto e não receberam treinamento, instrumentalização ou suporte técnico (Ferreira & Barbosa, 2020).

Para compreender o trabalho do docente na Educação durante o isolamento social pela pandemia por COVID-19, é preciso realizar uma breve retrospectiva para compreender as alterações pelas quais a Educação no Brasil passou.

Na Revolução Industrial, a Educação é apropriada pelo capitalismo como aparelho ideológico do Estado (Lobo, 2014). No século XX, a educação na América Latina e no Brasil passou por reformas que implicaram em alterações na escola, no sistema escolar e no trabalho docente (Oliveira, 2004). Surge a gestão administrativa da escola, influenciada pelo capitalismo, verticalizada e sem autonomia. A Educação atendia ao modelo de gestão no qual princípios gerenciais e burocráticos e o trabalho do docente foi fragmentado (Lobo, 2014). Na década de 60, a Educação foi fortemente influenciada pelo padrão de acúmulo fordista e pelo ideal nacional-desenvolvimentista. Políticas redistributivas atribuíam à Educação a função de resolver desigualdades pela ampliação do acesso à escolarização, o que ocorreu sem devido financiamento e planejamento (Oliveira, 2004). Após a década de 90 e anos 2000, agregou-se o ideal de globalização, transformação e equidade social à Educação. A Educação garantiria a aquisição do emprego formal e regulamentado, crucial para estruturar as políticas de contenção da pobreza pela redistribuição de renda. E, com base em estudos internacionais, ocorreram mudanças nas políticas públicas em educação brasileira cujo argumento central era a transformação produtiva com equidade. (Oliveira, 2004).

Atualmente, há lacunas na pesquisa sobre as implicações destas reformas na prática do profissional da educação, bem como dos efeitos da flexibilização e precarização do trabalho, as resistências e conflitos. As relações de trabalho dos profissionais da educação, o trabalho na escola, os procedimentos normativos, a remuneração e carreira foram pouco estudados (Oliveira, 2004).

Assim, este trabalho objetiva compreender aspectos do trabalho do docente no Brasil nos últimos cinco anos para realizar discussão sobre o impacto do isolamento social pela pandemia de COVID-19 no trabalho docente.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Etapa 1. Teve objetivo de investigar aspectos do trabalho dos docentes no Brasil nos últimos anos. Realizamos a pesquisa por artigos na base brasileira e eletrônica de dados *SciELO*, com a combinação dos seguintes descritores: trabalho docente; e filtros: do período de 2015 a 2020, em

Português, nas áreas temáticas da educação, psicologia, saúde e multidisciplinar. Obtivemos 85 resultados, mas após a leitura dos resumos, apenas 27 foram escolhidos, mediante critérios de inclusão: investigar/estudar/analisar aspectos do trabalho docente.

Etapa 2. Teve objetivo de discutir os aspectos do trabalho dos docentes no Brasil durante o isolamento social pela pandemia por COVID-19. Realizou-se discussão baseada na revisão bibliográfica e em artigos recentemente publicados sobre a COVID-19 e o isolamento social nas bases eletrônicas de dados: *Scielo*, *Scopus* e Periódicos Capes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A seguir serão descritos e discutidos os achados quantitativos da etapa 1 em tabelas e depois serão realizadas discussões sobre os aspectos do trabalho dos docentes no Brasil durante o isolamento social pela pandemia de COVID-19.

Tabela 1. Distribuição pelo ano de publicação

Ano	n	%
2020	3	11%
2019	4	14%
2018	6	22%
2017	7	25%
2016	4	14%
2015	3	11%
Total	27	100%

Fonte: Os autores.

A distribuição dos últimos anos apresentou média de 5,4 artigos por ano, cujo desvio padrão foi 2.14.

Tabela 2. Distribuição por área de atuação do docente investigado

Educação	n	%
Infantil	3	11%
Fundamental	8	29%
Médio	1	3%
Técnico	1	3%
Superior	8	29%
Mais de um	1	3%
Não cita	5	18%
Total	27	100%

Fonte: Os autores.

A distribuição da área de atuação apresentou média de 5,4 artigos por ano, cujo desvio padrão foi 5.24.

Na primeira etapa, todos os artigos encontrados descreveram aspectos do trabalho consideradas pelos autores como deficitárias ou passíveis de melhoria ou, ainda, negativas porque prejudicava o ensino ou o docente ou o aluno. A terceira tabela apresenta cinco categorias criadas para contemplar a descrição dos aspectos do trabalho encontradas nos artigos.

Tabela 3. Distribuição dos resultados pelas categorias de aspectos precarizados

Categoria	n	%
Exigências excessivas	11	29%
Condições físicas precárias	10	26%
Mercantilização da Educação	6	16%
Relações interpessoais prejudicadas	5	13%
Desvalorização da profissão	6	16%
Total	38	100%

Fonte: Os autores.

A categoria mais prevalente foi “Exigências excessivas” em que foram contemplados o aumento da jornada de trabalho e pressões por atingir metas/prazos. Com base em Oliveira (2004), essas exigências resultam das reformas da Educação que aplicou conceitos da administração ao campo pedagógico, tais como noções de produtividade, eficácia, excelência e eficiência.

“Condições ruins de trabalho” foi a segunda categoria mais prevalente e contemplou condições materiais deficitárias tais como ruídos em sala. Sampaio e Marin (2004) verificaram condições materiais insuficientes, assim como Oliveira (2004), que explicou a gestão aplicada à escola como responsável por isto. Para Oliveira (2020), as condições de trabalho ruins afetam tanto os docentes quanto os alunos.

Para Abonizio (2012), as mudanças da década de 90, com neoliberalismo e ideia de produção aplicada à Educação tornaram precárias as condições e relações no trabalho do docente. Isto se relaciona à categoria “Mercantilização da Educação” em que algumas condições mencionadas foram a lógica empresarial aplicada à Educação, a redução da autonomia e vigilância do docente.

Em “Desvalorização da profissão”, a redução do salário, do respeito e do reconhecimento social da profissão foram aspectos considerados nesta categoria e estão vinculados à mercantilização da Educação, mas também à tentativa de ampliar o acesso à educação sem aumentar o investimento.

Esta tentativa se baseia em duas ideias: primeiro, formar para o trabalho; segundo, reduzir a pobreza e propiciar disciplina à população. Entretanto, houve padronização e massificação de processos de gestão e pedagogia, para universalizar, permitir controle pelo estado e reduzir custos. A consequência primeira, foi a sobrecarga pela exigência para que os professores sejam versáteis e desempenhem funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo; segundo, a responsabilização dos professores pelo êxito ou insucesso. Desempenhar as diversas funções ocasiona constatação de que não se trata mais de ensinar, ocorre desprofissionalização e perda de identidade profissional. Para reduzir custos, há tendências comunitaristas que implicam a desqualificação e desvalorização do docente, redução da autonomia e fragmentação do trabalho e alienação do processo (Oliveira, 2004).

Na categoria “Relações interpessoais prejudicadas”, contemplou-se a solidão e competição, aspectos também influenciados pelas outras categorias como a mercantilização da profissão que impede as trocas e também aumenta a competição. A relação com o trabalho pode ser ambivalente e para os docentes, aspectos negativos como altas exigências e condições de trabalho ruins são prejudiciais (Machado et al., 2019; Pereira, 2020).

Os aspectos negativos do trabalho trazidos aqui vulnerabilizam os sujeitos para o adoecimento e a maioria dos textos (75%) mencionaram o risco de adoecimento físico e/ou mental como consequência mais comum ocasionada por condições ruins de trabalho para o professor. Associados às condições ruins de trabalho do professor, apareceram, por exemplo: o risco para desenvolver problemas auditivos, vulnerabilidade para a síndrome de *burnout* e para quadros psicossomáticos.

Cabe explicar que os fatores psicossociais de risco no trabalho para o adoecimento são: intensidade e tempo de trabalho, exigências emocionais, insuficiência de autonomia, má qualidade das relações sociais no trabalho, conflitos de valores, insegurança na situação de trabalho/emprego, percepção de reduzido suporte organizacional (Camargo et al., 2018).

A consequência de adoecimento por aspectos adversos no trabalho docente foi citada por Machado (2020) e (Costa et al., 2020) e evidenciaram que características como a proletarização, perda de autonomia e significado do trabalho docente se associaram a condições ruins de trabalho, exigências, ausência de recursos e reconhecimento social.

Além do risco para o adoecimento, verificou-se que condições ruins de trabalho para professores podem ocasionar prejuízo à escola ou ao ensino. Tais prejuízos apareceram em Sampaio e Marin (2004) como resultado da precarização do trabalho escolar; marcados pelas condições ruins de trabalho, sobrecarga, pela falta de autonomia e modos de gestão da Educação.

Como visto, antes da pandemia de COVID-19, a docência no Brasil já passava por crise cuja etiologia complexa envolvia a lógica gerencial, as bases e valores da Educação com foco padronizado de ensino no conteúdo em detrimento das relações e práticas. E o docente já enfrentava muitas exigências, apesar das condições adversas de trabalho (Ferreira & Barbosa, 2020).

A categoria de maior prevalência na revisão de literatura realizada foi aquela relacionada às exigências no trabalho, um fator importante para o adoecimento do docente, principalmente pela demanda de urgência em resolver situações. A pandemia exacerbou este elemento adoecedor, na medida em que, repentinamente, os docentes precisaram alterar (às vezes completamente) os materiais e utilizar (às vezes aprender a usar) as tecnologias digitais (Oliveira, 2020), enquanto reestruturaram suas rotinas e cuidavam de pessoas e de suas casas.

Além disso, na pandemia, todos os trabalhadores precisaram aprender rapidamente e desenvolver novos modos de interagir com as equipes (Losekann & Mourão, 2020) impactadas pelas mudanças e pelos receios relacionados à COVID-19, quando não pelo luto de pessoas próximas.

Assim, os docentes precisaram se familiarizar com recurso diferentes daqueles empregados na educação tradicional e enfrentar problemas já conhecidos, também contemplados pela categoria das exigências: demanda de dedicação, pressões para lidar com queixas não referentes a escola, risco de suspensão dos direitos (Ferreira & Barbosa, 2020).

O teletrabalho ou *home office* já era utilizado por algumas instituições antes da pandemia, mas em outra proporção e com certa possibilidade de planejamento. A mercantilização do trabalho do docente implicava no fenômeno da implantação de metas, controle de frequência e incentivos para motivação, estratégias utilizadas pelas organizações para controlar o tempo e esforço no trabalho, mas a efetividade destas alternativas é questionada durante a pandemia (Losekann & Mourão, 2020). Contudo, ao retirar o controle de frequência, aumenta-se o controle sobre o trabalhador, uma vez que não há definição para o tempo de trabalho e local. Assim, para evitar sugestão de ócio, em casa o trabalhador se mantém responsivo. Trata-se do trabalho “em nuvem” no qual continuamente o trabalhador precisa provar o esforço, mais uma vez, com muitas exigências (Losekann & Mourão, 2020).

Em condições ruins de trabalho e salários já frequentemente deficitários, a pandemia e o isolamento resultaram em redução dos salários dos docentes de instituições privadas de ensino e insatisfação com o trabalho (Ferreira & Barbosa, 2020). No que se refere a sobrecarga e insatisfação, concordamos com Oliveira (2020), ao pensar as condições de trabalho no isolamento social e na pandemia a partir da questão do gênero. Ferreira e Barbosa (2020) enfatizam que há acúmulo de

trabalho doméstico pelas mulheres durante o isolamento e pandemia o que é potencializado pelo teletrabalho e vice-versa, uma vez que o trabalho do docente exige rotina, ambiente adequado e silêncio, algo impossível durante o dia para algumas professoras e mães ou professores e pais. Como dito outrora, antes da pandemia e isolamento social, as jornadas de trabalho de docentes já eram longas, mas o contexto fez aumentar o tempo de preparação da aula virtual, que inclui a antecipação do manuseio da tecnologia (Ferreira & Barbosa, 2020).

Além de tais demandas, no que diz respeito a padronização do trabalho pela categoria da mercantilização da Educação, a autonomia do docente sobre o próprio trabalho ficou mais prejudicada durante a pandemia. A impossibilidade de domínio sobre a própria imagem vulnerabiliza os docentes, com sensação de menor controle do trabalho e de risco às fraudes, manipulações e acusações, condições potencializadas pelo ensino remoto. Ademais, o controle permitido pelo ensino remoto favorece o acesso ao método e conteúdo, impede adaptações e limita as escolhas dos docentes (Ferreira, Barbosa, 2020).

Antes e durante a pandemia, docentes enfrentam a necessidade em repensar métodos e conteúdo do ensino, após as diversas reformas que implicaram na padronização do conteúdo pela mercantilização da Educação, uma das categorias evidenciadas na revisão bibliográfica (Ferreira & Barbosa, 2020). Com o advento da pandemia e o consequente isolamento social, o objetivo da gestão da Educação tem sido pensar os meios: formatos, plataformas, avaliações. A lógica gerencialista na Educação pensa, elabora e administra as políticas educacionais e o resultado é priorizar os meios para educar e não os objetivos ou a qualidade da relação que o educar propicia ao sujeito com os outros. Nesse sentido, o vazio instaura-se, o espaço virtual altera a interação e reduz a possibilidade em manifestar a subjetividade pela tela e microfones (Ferreira & Barbosa, 2020). Assim, há prejuízos na qualidade da relação interpessoal professor-aluno.

Outra questão de relações interpessoais é que docentes em *home office*, assim como muitos trabalhadores, precisam conciliar família com trabalho, adequar o ambiente doméstico em que se realiza o trabalho, mas também interagir e cuidar de espaços de familiares (Losekann & Mourão, 2020). Neste sentido, o trabalho do docente na pandemia pode vulnerabilizar as relações interpessoais dele com a família.

Durante a pandemia, trabalhadoras e trabalhadores que se viram empurrados por causa do necessário distanciamento e isolamento social ao teletrabalho, por exemplo, se viram tendo que dividir o espaço doméstico também com os filhos, companheiros, companheiras e demais membros da família, igualmente impedidos de frequentar aulas presenciais nas escolas e universidades ou de trabalhar em

seus espaços organizacionais de inserção. Mais do que isso, tiveram que se adaptar a demandas concorrentes de atenção, não necessariamente de forma paralela, mas, por vezes, com uma demanda atravessando a outra: as tarefas domésticas, os afazeres profissionais (normalmente com prazos de entrega e metas de desempenho), o cuidado dos filhos (sendo que os de mais tenra idade solicitam maior atenção e os em idade escolar, acompanhamento nas tarefas e estudos). Como apontado por Rodrigues, Moscon, Queiroz e Silva (2020), diante desse contexto, tão novo quanto tumultuado, espera-se que os profissionais ressignifique o papel do trabalho em suas vidas, o que pode produzir uma nova forma de vínculo com o próprio trabalho, com a organização e com a família, cujas fronteiras se tornaram menos rígidas durante este período, permitindo mais do que convivência: invasão, conflito, aprendizagem, adaptação, colaboração, não necessariamente nesta ordem.

O tempo para o trabalho e o tempo para a vida foram sobrepostos. O tempo para o lazer, suprimido. O tempo para o autocuidado secundarizado (por exemplo: práticas esportivas, em especial as coletivas, paralisadas; alguns tratamentos de saúde em andamento, interrompidos; hábitos de cuidado com a estética e o cultivo da vaidade, postos de lado). O espaço da casa virou espaço de trabalho (quartos se transformaram em escritórios; mesas de refeição viraram mesas de trabalho e estudo). As demandas resultantes dos papéis de profissional concorrem com as demandas típicas da maternidade, paternidade e filiação (na ausência do professor, pai, mãe ou adulto responsável presente passa a ser mais solicitado para ajudar na realização das tarefas escolares; as interações familiares se tornam mais intensas e duram mais tempo, posto que já não existem as saídas para o trabalho, o período escolar e, presentes no mesmo espaço restrito do lar, os membros da família tem sua superfície de contato social ampliada). Com base em tal cenário, podemos postular que há, portanto, a oportunidade para a aproximação e ressignificação de vínculos afetivos intrafamiliares convivendo tenuamente com o risco de conflitos e intensificação de problemas relacionais (Pereira, 2020).

Além do tempo, o ensino remoto demanda adaptação, capacidade de criar, editar e publicar conteúdos, mas também imaginação, esforço e produção, além do habitual (Camacho et al., 2020). O profissional pode sofrer com a fragmentação da identidade e desvalorização da profissão, última categoria encontrada, devido à necessidade de realizar diversas tarefas que não consistiam na prática habitual da profissão (Oliveira, 2004). Como os modos antigos de ensinar precisam ser repensados e os docentes não receberam instrumentalização para isto, a identidade profissional e o acreditar na própria capacidade podem ser prejudicados (Ferreira & Barbosa, 2020).

Devido a potencialização dos aspectos negativos que já existiam no trabalho do docente, verifica-se que a medida de isolamento social para contenção da pandemia, protege os sujeitos, mas

também os vulnerabiliza (Ferreira & Barbosa, 2020). Durante a pandemia, tem sido potencializada a influência do trabalho na subjetividade pelo isolamento social, redução do espaço de lazer, relacionamento com a família, por confusão ou invasão das atividades do trabalho nesses espaços (Losekann & Mourão, 2020).

Esta revisão de literatura ampliou a possibilidade de melhor compreender que o risco de adoecimento prevaleceu nesta amostra (docentes), o que compreendemos estar relacionado com aumento da condição de vulnerabilidade, portanto dos fatores psicossociais de risco à saúde do trabalhador, retratados nas categorias elencadas. Ressalta-se essa hipótese pela concepção da visão sistêmico-complexa na qual “saúde” relaciona-se a condições físicas, psíquicas e sociais e o bem estar do trabalhador está vinculado às condições, relações e sentidos do trabalho (Cardoso, Feijó, & Camargo, 2018).

Ainda é preciso pensar a qualidade do ensino propiciado neste contexto, devido aos aspectos negativos evidenciados no trabalho docente na pandemia, bem como a ausência de treinamento, planejamento e suporte aos docentes. Nesse sentido, conforme Losekann e Mourão (2020), durante o isolamento social, é preciso continuar a pensar o aprimoramento do trabalho remoto e a saúde do trabalhador com objetivo de buscar relação harmônica.

4 **Conclusão** CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a revisão demonstrou os impactos negativos da alteração da gestão, da estrutura e composição das escolas públicas decorrentes de reformas ao longo do século XX. Os aspectos negativos do trabalho docente definidos nas categorias corresponderam às demasiadas exigências, condições ruins, mercantilização da Educação, relacionamentos interpessoais prejudicados e desvalorização da profissão. Verificou-se correlação com a literatura que afirmava planejamento e administração da Educação como uma empresa, com menor investimento econômico, aumento das exigências de desempenho dos professores, constantes avaliações nacionais/institucionais, condições materiais deficientes, redução da autonomia, competitividade e prejuízos à identidade profissional. As categorias identificadas apresentaram as consequências negativas de prejuízo à Educação, ao docente e aos alunos e principalmente, o risco de adoecimento físico ou mental do docente, ainda mais desgastado emocionalmente, mal remunerado e com reduzido apoio e socialização com pares na pandemia. Neste contexto, família e trabalho, que são recursivamente influenciados, sofreram impacto e impactaram a qualidade de vida de docentes. Conflitos e sobrecarga de trabalho invadiram os espaços físicos e subjetivos do lar. A autonomia impactada pela mercantilização da Educação continuou prejudicada e o

controle aumentou mediante impossibilidade em controlar o conteúdo digital. A necessidade de desempenhar várias funções para criar e editar os materiais do ensino remoto provavelmente afetaram a identidade de docentes, já impactada negativamente pela desvalorização e desprofissionalização, o que deve ser alvo de futuros estudos.

Compreendemos que reside sobre esta temática e suas consequências para a vida de tantos trabalhadores e trabalhadoras docentes, um importante chamado e espaço de atuação para a Psicologia, em especial a Psicologia Organizacional e do Trabalho que, com base em seus estudos sobre saúde mental do trabalhador, qualidade de vida no trabalho, equilíbrio trabalho-família etc., pode contribuir com o desenvolvimento de suportes teórico-metodológicos acessíveis a estes profissionais e, então, neste momento pandêmico, apresentar referenciais de orientação sobre como superar as adversidades impostas por tais alterações.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) da qual a autora principal é discente e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) da qual a autora principal é bolsista.

REFERÊNCIAS

- Abonizio, G. (2010). Precarização do trabalho docente: apontamentos a partir de uma análise bibliográfica. *Revista Ensino de Sociologia em Debate*, 1(1), 1-28. Retirado de <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20ABONIZIO%20G.pdf>
- Camacho, A. C. L. F., Joaquim, F. L., Menezes, H. F. de, & Sant' Anna, R. M. (2020). Tutoring in distance education in times of COVID-19: relevant guidelines. *Research, Society and Development*, 9(5), e30953151. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3151>
- Cardoso, H. F., Feijó, M. R., & Camargo, M. L. (2018). O papel do Psicólogo Organizacional e do Trabalho (POT) na prevenção dos fatores psicossociais de risco. In M. L. G. Schmidt, M. F. Castro, & M. M. Casadore (Orgs.). *Fatores Psicossociais e o Processo Saúde/Doença no Trabalho* (pp. 111-136). São Paulo: FiloCzar.
- Costa, F. A. et al. (2020). COVID-19: seus impactos clínicos e psicológicos na população idosa. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 49811-49824. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-580>
- Ferreira, L. H. & Barbosa, A. B. (2020). Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. *Práxis Educativa*, 15, e2015483, 1-24. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15483.076>
- Ferreira, M. G. & Barbosa, E. I. (2020). Antagonismo do isolamento: o distanciamento que protege e vulnerabiliza frente ao contexto de pandemia. *Health Residencies Journal (HRJ)*, 1(3), 1-5(editorial). Recuperado de <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/36>

- Lobo, L. P. N. (2014). A precarização do trabalho docente nas escolas públicas estaduais da Bahia. *Revista Florestan*, 1(2), 237-252. Recuperado de <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/60>
- Losekann, G. C. B. R., & Mourão, H. C. (2020). Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. *Caderno de Administração*, 28, 71-75. <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53637>
- Machado, G., Santos, A., & Silva, R. (2020). Trabalho docente: reflexões sobre a saúde e o sofrimento psíquico do professor. *Revista Prâxis*, 1, 16-30. doi:<https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.2034>
- Oliveira, A. (2020). A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. *Revista Tamoios*, 16(1). doi:<https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>
- Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1127-1144. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>
- Organização Mundial da Saúde. (2020). *Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic*. Retirado de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>
- Pereira, V. A. (2020). Existências ameaçadas: A Educação Ambiental em tempos de COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, 6(4), 21254-21271. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n4-337>
- Queiroga, F. (Org.). (2020). *Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19*. (Coleção O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho; 1). Porto Alegre: Artmed. Retirado de <https://www.sbpot.org.br/publicacoes/livros/volume-1-orientacoes-para-o-home-office-durante-a-pandemia-da-covid-19/>
- Rodrigues, A. C. A., Moscon, D. C. B., Queiroz, G. C., & Silva, J. C. (2020). Trabalhadores na pandemia: múltiplas realidades, múltiplos vínculos. In Melissa Machado de Moraes (Org.). *Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho* (pp. 1-14). (Coleção o trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho; 2). Porto Alegre: Artmed. Retirado de <https://www.sbpot.org.br/noticias/os-impactos-da-pandemia-para-o-trabalhador-e-suas-relacoes-com-o-trabalho-ebook-do-volume-2/>
- Sampaio, M. M. F., & Marin, A. J. (2004). Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1203-1225. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400007>